

POLÍTICA

Senado Federal

CONGRESSO

Conselho está a 2 votos de livrar ACM e Arruda

Um dia depois da operação que barrou CPI, cai tendência por punição de senadores

RENATA GIRALDI
e TÂNIA MONTEIRO

BRASÍLIA – Um dia depois da “operação abafa” que impediu a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Corrupção, os efeitos de um acordo velado entre aliados para poupar os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF) da cassação podem ser refletidos na contabilidade favorável dentro do Conselho de Ética. Defensores dos dois senadores acusados calculam que, dos 16 integrantes com direito a voto, 7 apoiarão ACM e Arruda e, agora, estão empenhados em obter pelo menos 2 votos entre 4 indecisos – um PMDB, um de PFL e dois do PSDB.

Indignada, a oposição decidiu brigar pela cassação até às últimas consequências e comprou a idéia do senador Roberto Freire (PPS-PE) de encaminhar representação à Mesa Diretora do Senado a fim de evitar que se a punição for aprovada pelo conselho, seja arquivada pelo presidente da Casa, Jader Barbalho (PMDB-PA).

“Tenho de acreditar nos senadores que compõem o conselho, que têm suficiente moral para não decidir seu voto por um acordo partidário espúrio e renegado por toda nação brasileira”, comentou o relator Saturnino Braga (PSB-RJ). “O Congresso que já ficou desmoralizado com essa operação que matou a CPI não vai se arriscar ainda mais”, afirmou o líder da oposição no Senado, José Eduardo Dutra (PT-SE).

Para barrar a proposta de cassação que deverá ser estabelecida pelo relator na quarta-feira, ACM e Arruda precisam ter nove votos favoráveis. É fundamental para eles a aprovação do voto secreto, único meio de impedir que a pressão popular não cause constrangimentos aos que decidirem pelo abrandamento da pena.

Legalidade – Juristas do Senado afirmam que a votação aberta nesta primeira etapa é perfeitamente legal. “Vou propor a votação aberta”, reiterou ontem o presidente do conselho, Ramez Tebet (PMDB-MS).

Pela contabilidade dos alia-



Agnaldo Novais/Agcom

ACM acena para a população de Capim Grosso, na Bahia: “Vocês podem cantar: ‘Eu sou ACM com muito orgulho e muito amor’”

dos de ACM, que indiretamente atua a favor de Arruda, os indecisos são os senadores Casildo Maldaner (PMDB-SC), Francelino Pereira (PFL-MG), Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Osmar Dias (PSDB-PR). Publicamente, o parlamentar catarinense afirmou ser favorável à cassação assim como Dias.

Arruda, que é integrante do conselho e com direito a voto, pode abster-se ou votar contrariamente à orientação do relator. Até ontem à noite, ele não havia decidido como

ACUSADOS
LUTAM POR
VOTAÇÃO
SECRETA

votar.

Na ala dos contrários à cassação estão Nabor Júnior (PMDB-AC), Amir Lando (PMDB-RO), Geraldo Althoff (PFL-SC), Paulo Souto (PFL-BA), Waldeck Ornélas (PFL-BA), Romeu Tuma (PFL-SP) e Lauro Campos (sem partido-DF).

Os pró-cassação são Heloisa Helena (PT-AL), Ney Suassuna (PMDB-PB), Saturnino e Tebet, que só vota em caso de empate. O senador Jefferson Péres (PDT-AM), voto certo pela cassação, deverá ficar de fora da votação, pois a oposição só tem direito a três vagas e Campos, embora tenha deixado o PT, ainda pertence à antiga composição.